

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS DE UNIDADES HABITACIONAIS

SARRUF, Gustavo

Arquiteto, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ,
E-mail: gsarruf@uol.com.br

RESUMO

As mudanças ocorridas no mundo contemporâneo têm revelado a existência de novos grupos sociais, inclusive no Brasil, que vêm contrapor-se à família tradicional, para quem o espaço interno da habitação é dividido nos conhecidos setores social, íntimo e de serviço. Esta tipologia da unidade habitacional continua sendo reproduzida até hoje, com alterações pouco significativas e cada vez mais tem-se percebido a inadequação desse espaço frente às novas exigências humanas. O dinamismo da sociedade atual requer espaços que possam se adaptar às modificações freqüentes e esta realidade requer um maior empenho nos estudos referentes a este campo de atuação.

Dentro deste questionamento, de um lado destaca-se a dificuldade, por parte do projetista de arquitetura, em investigar e decodificar as necessidades reais dos usuários. Por outro lado, os próprios usuários nem sempre conseguem exprimir seus anseios, gostos e expectativas. Desta forma, as propostas de novas tipologias de unidades habitacionais, principalmente no que se refere à função dos cômodos e sua futura utilização, se perdem, uma vez que é limitado o entendimento do usuário quanto a como utilizar este espaço, mesmo que teoricamente desenvolvido para se adequar ao uso proposto.

O objetivo deste trabalho consiste em fazer algumas reflexões referentes à importância da utilização de métodos participativos, ou melhor, interativos, para auxiliar na definição de tipologias de unidades habitacionais que atendam às necessidades de uma sociedade em mutação.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos alguns estudiosos da arquitetura têm apontado que as soluções arquitetônicas para as habitações, principalmente no que se refere a distribuição de espaços, não correspondem mais as características sociais de diversos grupos de usuários que têm se formado, com padrões de comportamento diferentes daquela família nuclear para quem o espaço privado foi estabelecido pela diferenciação de setores social, íntimo e de serviço.

No sentido de estabelecer a condição atua brasileira, vamos nos referenciar aos estudos de Tramontano. Para ele “historicamente, o desenho da habitação social brasileira tem-se referenciado a tipologias que vão do modelo da habitação burguesa europeia do século 19, caracterizado pela tripartição em *espaços de prestígio, de isolamento, e de rejeição* – a famigerada trilogia de áreas social, íntima e de serviços, ao arquétipo moderno da habitação-para-todos, com sua uniformidade de soluções em nome de uma suposta democratização das características gerais dos espaços. Mesmo que agora tendam a habita-la grupos domésticos cujo perfil difere cada vez mais da família nuclear convencional, e cujos modos de vida apresentam uma diversidade cada vez maior, o desenho dos espaços desta habitação continua imutável, sob a alegação de que chegou-se a um resultado projetual economicamente viável, que atende as necessidades básicas de seus moradores... Nas raras ocasiões em que o projeto das unidades é solicitado a escritórios de Arquitetura, seja por encomendas, seja por meios de concursos, as inovações das propostas limitam-se ao uso de alguma técnica construtiva alternativa ou a novos desenhos de fachada incorporando traços da moda, sem que, contudo, a função, o desenho e a articulação dos espaços de habitar sejam sequer questionados. Os autores destas propostas acabam referindo-se aos modelos

vigentes, seja a tripartição burguesa, social-íntimo-serviços, seja o padrão moderno com a centralização da cozinha e a bipartição dia e noite.” (Tramontano, 1995:1)

Os principais novos “grupos domésticos”, que compõem as recentes tendências em países industrializados são, segundo Tramontano, as “famílias monoparentais”, compostas de homens ou mulheres, em geral divorciados, vivendo com filhos. “Pessoas vivendo sós”, advindos do aumento do número de divórcios, do retardamento da idade do primeiro casamento, do fortalecimento da opção pelo celibato, da emancipação da mulher e o aumento do número de viúvos na Terceira Idade. “Uniões livres” de pessoas sem interesse em casamento ou filhos. “Coabitação sem vínculo conjugal ou parentesco” onde o espaço doméstico é compartilhado por várias pessoas, trabalhadores ou estudantes e, por fim “a nova família nuclear” a qual difere da família tradicional em determinados aspectos como a redução do numero de filhos, o enfraquecimento da imagem do “chefe de família”, e com as mães, cada vez mais trabalhando fora. Um outro grupo de usuários citado pelo autor são os “homeworkers”, que vêm marcar a “volta do trabalho em casa”.

Notamos portanto que existe hoje uma certa inércia na iniciativa de se estudar e propor espaços domésticos mais adaptados aos diversos grupos de usuários, e uma, talvez, resistência destes às tentativas de novas propostas. Os espaços atualmente possuem características de um desenho defasado, mas consolidado, por razões que devemos tentar investigar para que possamos entender melhor os motivos que nos mantém nesta situação.

2. QUESTÕES HISTÓRICAS

A primeira atenção deve ser dada ao fato de que estamos tratando de arquitetura do espaço da habitação, o que significa que nem sempre, a construção do espaço da casa foi da responsabilidade de arquitetos. Até o final do século XVIII e início do século XIX, as casas, em geral, eram construídas por mão de obra de pessoas sem nenhuma formação acadêmica, através técnicas construtivas convencionais e dando resposta direta as exigências, e gostos dos usuários.

Com o crescimento da demanda por habitações e o ingresso da função da arquitetura na prestação de serviços, é que vemos as primeiras sugestões de novas tipologias, que vinham se adequar, não ao usuário diretamente, mas aquilo que se achava ideal para o novo padrão de vida que surgia com a revolução industrial e social da época.

Hoje, teoricamente, vivemos um certo conflito. Ainda temos usuários que sentem que podem decidir sobre o espaço da casa, pois têm esses valores agregados a sua personalidade histórica, mas não sabem dar respostas as suas condições sociais atuais, pois já não as vê com tanta clareza. Temos, ainda, arquitetos que insistem na tentativa de “criar” espaços para dar resposta ao que eles acreditam ser ideal para esse “novo” usuário, como se o espaço pudesse condicionar comportamento.

Vamos discorrer brevemente sobre a trajetória dos dois: arquitetos e usuários com relação a produção do espaço doméstico no Brasil, a procura de traços do passado que venham orientar o nosso raciocínio sobre esse tema atual da busca de uma metodologia ou paradigma de projeto, que não será apresentada neste trabalho, mas sugerida como opção de desenvolvimento de estudos futuros.

A formação dos arquitetos no Brasil atual ainda continua ligada ao funcionalismo modernista do início do século, no que tange a forma de se pensar a organização do espaço. Para o mestre, teórico da arquitetura, e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mauro Neves Nogueira, o espaço arquitetônico surge a partir do momento em que se “dispõe quatro muros verticais e, apoiados sobre eles um horizontal, segundo uma base poligonal de quatro lados (considerando-se o plano da terra como parte integrante do sistema)” (Nogueira, 1999:8). Com isso se opera significativa transformação no sistema espacial da paisagem criando-se um espaço artificial, o espaço “intra muros” ou arquitetônico.

O sistema funcional, segundo ele, “é a condição primeira da arquitetura”. A construção de um edifício se dá pelo somatório de espaços ou ambientes que acumulam atividades que ali serão exercidas, existindo

portanto uma relação muito próxima entre espaço e a função nele exercidas. Estes espaços e suas funções são ligados por um “sistema distributivo” responsável pela distribuição, entre outras coisas, das “zonas funcionais”, onde acontecem as atividades de maior permanência e que vêm estruturar o sistema funcional.

Exemplificando ele expõe que “numa habitação unifamiliar, por exemplo, há as zonas social, íntima e de serviço, ou noite e dia. Jaccque-François Blondel classificava os *apartments* em de parade (salas de cerimônia), de societé (salas de recreação) e de commodeté (salas de uso privado para repousar e dormir). Em geral, procura-se caracterizar as zonas pela analogia funcional dos ambientes. Podemos classificar, de maneira genérica, os usos dos ambientes em três unidades funcionais: operativa, representativa e de serviço” (Nogueira, 1999:18), isto é, íntima, social e de serviço.

Esta parte do trabalho de dissertação de Nogueira é um exemplo representativo da lógica racionalista predominante em todo século XX e que se estende por este século. Esta lógica está tão arraigada por formação, a maneira de pensar da grande maioria dos arquitetos, que tal informação se faz lógica e redundante.

Segundo Martinez, essas idéias datam do século XIX, da evolução das idéias do racionalismo que colocam que “a funcionalidade do edifício é algo que se estuda em sua planta. Essa idéia, que pode ter tido alguma validade em sua época, como ruptura com o passado imediato, iria converter-se com o tempo em um dogma reducionista que justificaria, mediante circulações claras” e “espaços corretamente dimensionados”, edifícios inabitáveis por outras razões.

Assim se consagra, com o tom moral da época, a preeminência do social e se define a arquitetura como serviço. Ao mesmo tempo, desloca-se o centro do saber arquitetônico. O arquiteto clássico controlava a forma, dominava a arte de criar a beleza, ainda que em detrimento da utilidade ou da construção. Daqui por diante, o arquiteto será aquele que sabe fazer edifícios úteis, que sabe distribuir. A melhor construção será aquela mais racional e econômica.” (Martinez, 2000:85-86)

No Brasil, a partir do século XIX, por diversos motivos de ordem econômica, no início orientada pela especulação imobiliária e mais tarde reforçada pelas crises econômicas, e até pela condição de país pobre de terceiro mundo, esta linha de raciocínio funcionalista e reducionista, de uma certa forma foi absorvida pela quase totalidade dos usuários, leigos em arquitetura, que, afastados do processo de entendimento de que o espaço deve dar resposta a condições sociais e psicológicas, o tem como dado matemático associando, principalmente, dois fatores, para eles básicos, que são a área e o custo.

Martinez esclarece que o modelo que se busca no projeto funcionalista é o da máquina ou do organismo, que resulta, teoricamente, em um conjunto de espaços de uso especializado ligados por circulações mais ou menos diferenciadas, bem como vemos na definição de Nogueira já mencionada.

A diferença histórica de como o espaço é, e era produzido, e da massificação do entendimento deste como um dado universal, reside no sentido de que o ponto de vista do funcionalismo, “apoia-se na intercambialidade dos seres humanos. Neste sentido o funcionalismo é igualitário, aparece como consequência das transformações sociais e políticas do século XVIII... Verificamos que a utilidade específica de um edifício está apresentada como hoje em dia: em certos espaços adaptados para usos definidos. Anteriormente a adaptação de um edifício a um destino não era estabelecida pela distribuição. Havia disposições tipológicas definidas, que confirmavam, por exemplo, um palácio como tal, a não ser confundido com outro uso, do mesmo modo que os habitantes de diferentes tipos de edifícios se diferenciavam por classe e berço, ou por vocações irrenunciáveis. A função, a

partir do século XIX, não pertence a um tipo ao qual é *imanente*: está nos próprios Elementos de Composição e em suas conexões, que definem as diferentes respostas projetuais a diferentes programas de arquitetura. A função é impessoal, pertence a condição de qualquer ser humano; qualquer um pode, em princípio, atuar nessa condição, nesse uso.” (Martinez, 2000:94)

Antes do século XIX, a construção da habitação era baseada nos preceitos da arquitetura vernácula. Para Lemos, a “arquitetura vernácula é aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu limitado repertório de conhecimentos num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas bem características. Com seu próprio e exclusivo saber fazer, essa sociedade providencia suas construções, suas casas, satisfazendo a peculiaridades necessárias expressas em programas caracterizados por próprios e únicos usos e costumes... A casa vernácula é portanto uma expressão cultural. Só pode ser daquele povo e daquele sítio. É uma arquitetura que percorre gerações. É funcional”. (Lemos, 1996:15)

Quando Lemos enfatiza que a arquitetura vernácula “é funcional”, nos leva a crer que os espaços, antes da era do funcionalismo, e da padronização racionalista, eram adequados ao comportamento familiar e a relação entre os indivíduos e entes mais íntimos, empregados, escravos e estranhos, pois eram construídos para resolver condicionantes sociais, e não a uma “função específica”.

Quando eu falo de “função específica”, eu me refiro ao momento em que os espaços começam a adquirir nomes e ordenamentos racionalizados, gerando uma inversão na forma de utilização. O que antes eram espaços construídos de forma a atender determinadas questões de comportamento, é, neste segundo momento, no inicio da era funcionalista, construído para atender as necessidades de um homem padrão, “moderno”, que deve se ajustar a estes novos espaços, a esta nova máquina feita para um homem que ainda não existe, mas que por certo não tardaria a aparecer.

O fato de hoje estarmos, enquanto arquitetos, desprovidos de uma linguagem arquitetônica inteligível para os espaços da casa, vem da perda de nossa capacidade artística de definir os padrões dessa linguagem, somada a falta de interesse dos usuários nesse tipo de proposta; e da mistura que se tem, hoje dos elementos típicos de uma linguagem arquitetônica, com aqueles da arquitetura vernácula, o que geram construções inexpressivas, vinculadas a cultura reducionista que se criou ao redor da produção da casa.

Martínez coloca que “a partir do século XVIII, a arquitetura popular começa a ser campo de interesse para arquitetos. A princípio, essa atração depende da implantação rural e do manuseio de uma gama de materiais exóticos – quer dizer, dos materiais baratos e tradicionais, nas casas dos camponeses que seriam atraídos para as cidades pela revolução industrial... A arquitetura popular fornecerá também um modelo específico para o tema da composição. Refiro-me ao agrupamento livre de volumes, espontaneamente caracterizados por seu uso, que oferecerá novas normas de composição em contradição com aquelas de simetria, de unidade e subordinação que prevaleciam na arquitetura oficial.” (Martinez, 2000:100)

A arquitetura moderna absorve, então da arquitetura popular, aquilo que se acredita serem seus valores: a utilidade, a ausência de ornamentação clássica, e o emprego dos materiais “práticos” em lugar dos materiais “representativos”, que também é absorvido, de maneira simplificada pelos usuários, contratantes do “serviço” de arquitetura, que deixa de ser

uma arte oficial, no que diz respeito a produção do espaço de moradia, e vem a consolidar através do trabalho dos arquitetos contemporâneos, a problemática que envolve a construção do espaço da casa.

Embora seja uma relação um tanto complexa; a perda a identidade artística da obra arquitetônica, a organização espacial tida como um dado matemático, o usuário perdendo sua capacidade de entendimento empírico do real valor do espaço, e o arquiteto que entre a tentativa de estabelecer novas tipologias espaciais para padrões de comportamento, que ele não sabe administrar, e a frustração por não ter mais domínio pleno da arquitetura, têm levado ao empobrecimento do entendimento da arquitetura enquanto arte no domínio de seu dado mais precioso: o espaço.

3. A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO DA CASA

Para tentar estabelecer alguns aspectos que justifiquem a importância do espaço doméstico para aqueles que o habitam, e a necessidade de seu redimensionamento, para que melhor represente seu papel enquanto universo íntimo, vamos primeiramente tecer algumas considerações a respeito de estudos fenomenológicos dos valores de intimidade do espaço da casa, feito por Gaston Bachelard tão conhecido e citado livro “A poética do espaço”.

Bachelard coloca que “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo... Na mais interminável das dialéticas, o ser abrigado sensibiliza os limites de seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos.

Por conseguinte, todos os abrigos, todos os refúgios, todos os aposentos têm valores oníricos consoantes. Já não é em sua positividade que a casa é verdadeiramente “vivida”, não é somente no momento presente que reconhecemos os seus benefícios... A casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e o sonho do homem... Na vida do homem, a casa afasta as contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É o corpo e é a alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “jogado no mundo”, como o professam as metafísicas apressadas, o homem é colocado no berço da casa...” (Bachelard, 1989:24-26)

Nota-se, portanto, que a relação entre habitante e espaço habitado, vai ou deveria ir além da mera e simples utilização dos compartimentos, mas o espaço da moradia deve dar condições para que nele se possa viver e conviver, mais do que simplesmente realizar funções. Talvez seja difícil para o leitor entender esta diferença, mas se pensar, por exemplo, no espaço mínimo da “cozinha”, projetado para caber, que dirá, os equipamentos básicos e responder as necessidades de confecção de alimentos; e ao mesmo tempo entender que este pode ser um dos espaços de convivência mais representativos da casa, e que nem sempre seria usado para cozinhar ou comer, mas para múltiplas tarefas que incluem lazer, encontro da família, receber, etc., a diferença entre espaço funcional e de convivência começa a ficar claro.

Outro trabalho, desta vez sobre os aspectos psicológicos que influenciam a relações do habitar, é o de Clare Cooper, intitulado “The House as Symbol of Self”, no qual a casa

funcionaria como símbolo do ser. No texto, a autora coloca que seu estudo de investigar as respostas das pessoas ao desenho de suas casas, tomou outras proporções após seu contato com o trabalho de Jung, fazendo-a considerar a casa sob outro ponto de vista.

A autora, estabelecendo uma definição de símbolo, afirma que Jung fez três grandes contribuições para o entendimento da psique humana, que são as definições dos conceitos de inconsciente, arquétipo e símbolo, onde a *inconsciência* para Freud é o “inconsciente individual” onde são depositados as memórias suprimidas e reprimidas da infância, mantidas guardadas até serem acordadas pela consciência por intermédio de um sonho. Jung postula a teoria do “inconsciente individual” somado a uma inconsciência coletiva ligando o homem ao seu passado primitivo, o que ele chamou de *arquétipo*. E Jacobi coloca que um *arquétipo* só pode prover potencial de ou possibilidade de representação na mente consciente, logo que o encontramos representados por sonhos, fantasias ou pensamento racional, este não é mais um *arquétipo* e sim um *símbolo*. Se um *arquétipo* é um ponto central da energia da psique no inconsciente, então o *símbolo* é o meio pelo qual o *arquétipo* se manifesta.

Sobre o “*ego*”, para autora, embora seja impossível para a maioria de nós definir, nós somos todos conscientes da existência do *ego*. Este é o mais básico dos *arquétipos*, entretanto nós o queremos descrever e, para tentar compreende-lo o homem se agarra as formas físicas ou *símbolos* que são mais próximos e cheios de significados para ele, e sendo duas das formas selecionadas para sua representação o corpo e a casa. E ao que parece, para o homem moderno, há uma relação inversa entre avanço tecnológico e cultivo do símbolo e ritual, sendo que o reconhecimento consciente do simbolismo tem, superficialmente se perdido, embora eles se mantenham guardados na sua memória.

Concluindo, a autora faz um apelo para que, embora ainda não aja uma forma clara de se aconselhar arquitetos no procedimento de projeto de casas, e, se há alguma validade no conceito de casa como reflexo do ser, nós devemos encontrar caminhos para solução que viabilize uma correta representação de a quem um projeto de casa irá atender, pois, a relação do homem com o ambiente em sua forma mais intuitiva parece ter se perdido num mundo de aporte científico e análise objetiva. Nós devemos, portanto, nos permitir a nos abrir para considerações outras do que somente aquelas que possam ser provadas por métodos científicos.

Outra questão importante a se tratar neste momento, é de cunho antropológico, a qual entendo que deve ser também atendida. Para isso, recorreremos a da relação social existente entre a “casa e a rua”. DaMatta coloca que “sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido”, (DaMatta, 1997:30) o que significa dizer que o espaço não é indicador de comportamento e portanto, não existe uma organização espacial que contemple pessoas culturas diferentes sem que estas de alguma forma tenham que forçar uma adaptação em algum grau a estes espaços.

É importante atentar para o fato de que as pessoas se comportam de maneira diferente em um espaço público ou privado. Isto é, a casa e a rua “demarcam fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros da nossa sociedade. O comportamento esperado não é uma conduta única nos *dois* espaços, mas diferenciado de acordo com o ponto de vista de cada uma destas esferas de significação.” (DaMatta, 1997:48) Por essa razão, e vemos que hoje em dia, a casa, seu espaço íntimo, deve ter conotações de espaço de compensação do espaço público. “Em todo caso a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hostilidade, enfim, de tudo

aquilo que define a idéia de “amor”, “carinho” e “calor humano”, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso.” (DaMatta, 1997:57)

4. VIDA PÚBLICA x VIDA PRIVADA

Ainda analisando a relação entre o espaço público e o privado, vemos que esta era diferente até o século XIX, quando notamos uma mudança nos costumes, descrita no trabalho de Sennett, que veio influenciar o comportamento hoje.

Para ele, “A história das palavras “público” e “privado” é a chave para se compreender essa transformação básica em termos de cultura ocidental. As primeiras ocorrências da palavra “público” em inglês identificam o “público” com o bem comum a sociedade... Perto do século XVII a oposição entre “público” e “privado” era matizada de modo mais semelhante ao de seu uso atual. “Público” significava aberto a observação de qualquer pessoa, enquanto “privado” significava uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos... Dessa maneira, “público” veio a significar uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e dispareis teriam que entrar em contato inelutavelmente. E o centro dessa vida pública era a capital.” (Sennett, 1998:31-32)

O trabalho trata da vida pública e privada na cidade onde o autor coloca que esta “é o meio no qual estranhos podem se encontrar... Mas estranhos em um ambiente mais amorfo têm diante de si um problema mais complexo: o de suscitar a crença pelo modo que se comportam, em uma situação onde ninguém está realmente seguro quanto aos padrões adequados de comportamento para um determinado tipo de pessoa. Neste caso, uma das soluções consiste em as pessoas criarem, tomarem emprestado ou imitarem comportamentos que todos concordem tratar como “adequados” e “verossímeis” em seus contatos.” (Sennett, 1998:70)

Historicamente, “Antes do século XIX, o domínio próximo ao eu não era considerado como reino da expressão da personalidade única ou distintiva; o privado e o individual ainda não haviam se unido... A sociedade era como uma molécula; compunha-se, em parte, de uma expressão a uma distância consciente e arquitetada com relação às circunstâncias pessoais, à família e aos amigos e, em parte, de uma auto-expressão que era também “impessoal”, como a palavra é entendida hoje.” (Sennett, 1998:117)

Mais adiante, em seu livro, encontramos uma das razões da importância da necessidade do redimensionamento espaço íntimo, quando o autor esclarece que “hoje, a vida pública também se tornou questão de obrigação formal... Boas maneiras e intercâmbios rituais com estranhos são considerados, na melhor das hipóteses, como formais e áridos e, na pior, como falsos. A própria pessoa estranha é uma figura ameaçadora, e muito poucos podem sentir um grande prazer nesse mundo de estranhos: a cidade cosmopolita... Privadamente buscamos não tanto um princípio, mas uma reflexão, a saber, o que são nossas psiques, ou o que é autêntico em nossos sentimentos. Temos tentado tornar o fato de estarmos em privacidade, a sós ou com a família e amigos íntimos, um fim em si mesmo.” (Sennett, 1998:15-16)

5. POR UMA METODOLOGIA

Resumindo, vimos que hoje, existe uma grande dificuldade dos indivíduos, usuários da arquitetura, de exprimir seus anseios, pelas limitações naturais advindas da perda de consciência de que o espaço deve responder as suas questões sociais e de comportamento. Vimos também, que o arquiteto não se encontra preparado para extrair destes indivíduos, seus valores mais significativos para traduzi-los em espaços coerentes com seu modo de vida. Pudemos observar que independentemente da aparente satisfação do usuário com o espaço da casa, a desconsideração de aspectos fenomenológicos, psicológicos, antropológicos, sociológicos, para citar alguns, trazem uma inconsciente insatisfação do usuário com seu espaço íntimo, que é talvez, mascarada por sentimentos de infelicidade e angústia atribuídos a sua vida pessoal, e não às limitações de seu espaço de convivência íntima, que deveria funcionar como espaço de compensação, da difícil tarefa de representação de um papel social na sua vida pública.

Nesse momento, nos encontramos na posição de tentar identificar um meio, ou melhor, uma metodologia de projeto, que traga de volta a importância do papel da arquitetura como definidora de respostas às questões ligadas a construção do espaço, e ainda, possa buscar um entendimento do usuário da arquitetura, da necessidade de que este se torne consciente da importância de se ter o espaço íntimo como provedor de satisfação pessoal.

Devemos admitir, primeiramente, que o arquiteto é incapaz de projetar um espaço doméstico para um determinado grupo de usuários sem o conhecimento das características, psicológicas e sociais deste. Devemos, também, estar de acordo que não adianta tentar estabelecer respostas aos usuários, sem que estes estejam conscientes da importância destas, e ainda, do universo de possibilidades que uma organização espacial direcionada poderia trazer, pois, em todos os dois casos, estariamos, recorrendo ao mesmo método projetual funcionalista, o qual estamos tentando revisar.

Existem hoje, diversas técnicas, que se utilizam de outros campos de conhecimento, como a psicologia, e tratam da participação do usuário nas decisões projetos, o que aproxima a relação entre usuário e arquiteto na definição de um espaço mais adequado. Este processo é bastante interessante, e é, aliás, o tema deste trabalho.

Apesar de ser tema recorrente, a participação do usuário nas decisões de projeto deveria tomar uma outra conotação, que o aproximaria ainda mais das decisões de projeto e traria a arquitetura para o centro deste processo, já que não estamos falando só de psicologia, e espaço, mas também de arquitetura. Isto é, mudemos neste momento, o termo “participação do usuário” para “interatividade do usuário” nas decisões do projeto.

A explicação para esta decisão se dá pela seguinte razão: participação é tomar parte em um processo, é ter parte na decisão deste. Já interação, seria uma ação mútua realizada por duas ou mais pessoas, isto é, as pessoas não tomam parte de um processo, mas agem mutuamente em todo este, conhecendo todas as particularidades deste, onde todos os integrantes não só dão sua contribuição a participação, mas também, conhecem e podem compreender e incorporar a contribuição das outras partes.

O que acontece é uma troca constante de informação, onde, neste caso específico, o usuário comece a entender o que é arquitetura, linguagem arquitetônica, as possibilidades da manipulação dos espaços, a coerência entre materiais, etc.; enquanto o arquiteto, entra em contato com o mundo íntimo dos usuários, sua relação com os espaços, sua relação convivência com os membros da moradia e com os hóspedes, a relação entre os espaços da casa, e desta com o espaço público.

Para isso, não basta apenas, se desenvolver questionários, jogos, cenários para os usuários, mas também deve-se ter em mente a necessidade de se desenvolver técnicas que possam criar um entendimento do usuário das questões relativas arquitetura que são de interesse dos arquitetos, como as citadas acima, o que traria dois grandes benefícios. O primeiro, a educação do usuário com relação a outras condicionantes da arquitetura, com as quais ele não tem um contato mais aprofundado, como estética, relação entre materiais e formas, etc. E, a segunda, seria o estabelecimento da legitimidade da arquitetura como importante no processo de concepção do objeto arquitetônico, já que o centro domínio das técnicas de produção do espaço doméstico estaria, definitivamente entregue nas mãos de profissionais.

É importante esclarecer que o próprio arquiteto, deveria integrar o processo de atualização e aprofundamento de seu conhecimento sobre a matéria da arquitetura, e ainda ter consciência de que seu trabalho

vem se tornar multidisciplinar, o que torna a troca de informação imprescindível ao desenvolvimento e resultado positivo de sua atuação profissional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas pesquisas já vêm sendo realizadas neste campo, inclusive a da qual este trabalho foi extraído, que, embora ainda não apresente os resultados, persegue o encaminhamento de uma metodologia que possa unir informação, tecnologia, e métodos de planejamento interativo, para determinação dos requisitos necessários a formação do arquiteto, e sejam úteis ao projeto de espaços habitacionais.

Sem o esforço dos arquitetos no sentido de criar condições para educação do usuário, quanto as questões maiores relacionadas a arquitetura, e ainda, fortalecer os meios para sua própria educação, com relação ao conhecimento das questões conceituais que possam lhe dar base de real conhecimento da sociedade para qual projeta, e sem um processo interativo que venha gerar um entendimento universal do tema, a arquitetura se perderá, transformando-se em uma mera ferramenta de conformação de objetos de convivência sem sentidos.

Somente com o mutuo conhecimento, primeiramente do usuário em relação ao real significado da arquitetura, seguida do entendimento do arquiteto das particularidades deste para quem projeta, é que poderemos tratar a arquitetura como um campo de conhecimento integrante da cultura de uma sociedade. Essa tarefa só poderá se tornar possível através do desenvolvimento de técnicas que estimulem exercício da troca de informação.

7. BIBLIOGRAFIA

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Ed. Martins Fontes, 1989.

LEMOS, Carlos A. C. **História da Casa Brasileira**. São Paulo, Ed. Contexto, 1996.

MARKUS, Clare Cooper. House as a Symbol of Self. In **Designing for Human Behavior**. Stroudsburg, PA: Dowden, Hutchinson & Ross, 1974.

NOGUEIRA, Mauro Neves. **A idéia do Edifício em James Stirling**. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU / PROARQ, 1999. Dissertação de Mestrado

SENNETT, Richard. **Declínio do Homem Público**. Ed. Companhia das Letras, 1988.

TRAMONTANO Marcelo. **Espaço da habitação social no Brasil: possíveis critérios de um necessário redesenho; O.** Texto apresentado ao 7º Seminário de Arquitetura Latino-Americana. SCarlos/SPaulo, EESCUSP/FAUUSP, 1995

_____ **Novos modos de vida, novos espaços de morar**. São Carlos, EESC-USP, 1993.

